
ACTA NUMERO TRÊS DE DOIS MIL E ONZE

Aos vinte e nove do mês de Junho de dois mil e onze, no Auditório municipal de Mesão Frio, reuniu a Assembleia municipal em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade do município e a sua situação financeira; -----
- Ponto três – Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de postura de Trânsito; -----
- Ponto quatro – Segunda revisão dos documentos provisionais de dois mil e onze, orçamento da receita/ orçamento da despesa (PAM/PPI) - proposta de aprovação; -----
- Ponto cinco – primeiro relatório semestral de acompanhamento financeiro do município – apreciação do órgão deliberativo conforme a alínea c) do número quatro do artigo quadragésimo da lei número dois de dois mil e sete de quinze de janeiro; -----
- Ponto seis – eleição de um representante de Junta de Freguesia para participar no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;-----
- Ponto sete - Período aberto ao público; -----

Estando presentes os membros, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro secretário, Paulo Jorge de Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio Fonseca Esteves, António César Vicente Nunes, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, Manuel Pinto Sousa, (PS), Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Arnaldo Ribeiro Queirós, José Maria Cardoso Carreira (PSD) e os membros da Câmara Municipal, Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Almeida Machado, (PS) e António José Rodrigues Teixeira (PSD), vereadores. -----

Aberta a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos, o Senhor Presidente questionou os presentes relativamente à ata anterior, à qual foram feitos alguns reparos pela Deputada Maria Teresa Alves Lúcio, pelo Deputado Maximiano Pereira Correia e pelo Presidente da Câmara. Posta à votação foi aprovada por maioria com duas abstenções. Aberto o ponto um da ordem de trabalhos, pediu a apalavra o deputado

Página 1 de 3

Eduardo Pereira Carvalho Sampaio dirigindo-se ao Presidente da Câmara, agradeceu o facto da Câmara Municipal ter reparado uma via da freguesia. O deputado Maximiano Pereira Correia usou da palavra para questionar o Presidente da Câmara relativamente à falta de médicos no Centro de Saúde de Mesão Frio e se havia feito alguma diligência junto das instâncias competentes para a resolução do mesmo.-----

Criticou a atitude do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que na última sessão da Assembleia tinha salientado das atividades da Câmara um concurso, para a contratação de três assistentes operacionais, que estava a decorrer, quando, nesse momento, já tinha assinado os ofícios a comunicar aos concorrentes a anulação do concurso. Respondeu o Presidente da Câmara em relação à primeira questão, que o assunto o preocupa desde o primeiro dia, tal como alguns Presidentes da Junta, tendo contactado a Administração Regional de Saúde onde foi informado que os contratos que estavam estabelecidos com os médicos estavam ilegais, pelo que foi necessário rescindir os mesmos e abrir novo concurso. Disse ter sido informado que este se encontrava concluído e que se aguardava a qualquer momento a colocação dos médicos.-----

Relativamente à segunda questão afirmou que é precisamente pela falta de credibilidade em que esta Câmara se encontrava, uma vez que estava em falência, que neste momento está dependente de várias autorizações, inclusivamente do Secretário do Estado para a resolução deste e de outros assuntos. A exclusão da totalidade dos candidatos deve-se ao facto do concurso não ter nenhum concorrente com vínculo a função pública e ser dirigido exclusivamente a estes, conforme imposição legal. Só após esse primeiro concurso poderá ser aberto um segundo, destinado a concorrentes externos. Concluiu que só após autorização do Sr. Secretário de Estado se pode decidir dar continuidade aos concursos. Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto dois, intervindo o Sr. Presidente, salvaguardando que as actividades onde participou está uma em que foi convocado, enquanto Provedor da Santa Casa, mas onde foram abordados assuntos do interesse da Câmara Municipal, salientando que ainda não está refletido no relatório de atividades a obra da E.T.A.R. de Oliveira.-----

Relativamente ao relatório financeiro mostrou-se orgulhoso do mesmo, salientando quer os valores de tesouraria quer a gestão da dívida, concluindo que com menos receita tem sido possível fazer mais obra, devido a uma administração mais rigorosa. Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, questionando se algum deputado queria intervir, não havendo inscrições passou ao ponto três. O Sr. Presidente da Câmara propôs a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, justificando a mesma com as obras em curso, que poderão

determinar algumas alterações ao regulamento, bem como algumas propostas que surgiram tardiamente e que também poderão vir a ser incluídas no mesmo. Usando da palavra o Sr. Deputado Maximiano Pereira Correia, subscreveu a proposta, pedindo que o mesmo documento fosse apresentado em planta para mais fácil leitura bem como a clarificação de alguns pontos. Saliu ainda que, na sua opinião questões que derivam do código da estrada, artigos que são uma reprodução fiel do mesmo, bem como da lei geral não têm de fazer parte deste documento. O terceiro ponto da ordem de trabalhos foi retirado por unanimidade. Passado ao ponto quatro, o Sr. Presidente da Câmara usou da palavra referido que esta alteração apenas se destina a introdução nos documentos previsionais de dois mil e onze, o saldo referente ao ano anterior, que é de quinhentos e vinte e oito mil quinhentos e quarenta e três euros e catorze cêntimos. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi posta a votação tendo sido aprovado por unanimidade. No que se refere ao ponto cinco, o Sr. Presidente da Câmara usou da palavra afirmando que no seguinte do Plano de Saneamento Financeiro aprovado a seis de Dezembro de dois mil e dez, a Câmara tem de apresentar um relatório semestral, que não é mais do que a soma dos relatórios que tem vindo a ser apresentados e aprovados de dois em dois meses, onde se reflecte todo o percurso financeiro desde o dia seis de Dezembro de dois mil e dez até trinta e um de Maio de dois mil e onze.

No ponto seis, passou-se à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Pedindo a palavra o Sr. Deputado Júlio da Fonseca Esteves, propôs como candidato o Sr. Presidente da Junta António César Vicente Nunes e o Sr. Deputado Maximiano Pereira Correia, propôs o Sr. Presidente da Junta Manuel Fernando Mesquita Correia. Foi eleito o Sr. Presidente da Junta Manuel Fernando Mesquita Correia, com doze votos, tendo o Sr. Presidente da Junta António César Vicente Nunes obtido oito votos. No último ponto, período aberto ao público, não houve qualquer inscrição. Pelas vinte e duas horas e trinta minutos o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta Assembleia de que se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da mesa.

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

O Segundo Secretário: